Exmos. Conselheiros, acrescentando em seu voto pelo conhecimento e homologação na área cível, e pelo não conhecimento na área criminal, devendo retornar à promotoria de origem para adotar as providências que julgar necessárias.

3.2.5. Processo nº 000292-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Alan Assunção de Paula; Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Convênio firmado entre a Escola Manoel Saturnino de Andrade Favacho e a União dos Escoteiros do Brasil no Pará.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, uma vez que, após análise da documentação carreada aos autos, verificou-se que, de fato, os bens da Escola Estadual foram devolvidos pela União dos Escoteiros do Brasil no Pará e que não foi constatada má fé por parte do agente público e dos envolvidos na cessão.

3.2.6. Processo nº 000056-151/2015

Requerente(s): Ministério Público Federal

Requerido(s): Antônio Sousa Penafort

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidos do Ministério da Saúde, em razão de contratações sem licitação.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO do pedido da promoção de arquivamento, determinando-se a devolução do presente feito à PJ de origem para arquivamento naquele órgão de execução, conforme a Súmula nº 02/2017 do Conselho Superior do Ministério Público, considerando que se trata de questão judicializada.

3.2.7. Processo nº 000017-012/2017

Requerente(s): Conselho Tutelar de Palestina do Pará.

Requerido(s): Em Apuração

Origem: PJ de São João do Araguaia

Assunto: Apurar situação de vulnerabilidade da Infante V.S.A. A Exma. Conselheira Relatora manifestou-se pela NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e da Súmula nº 002/2016-MP-CSMP, entendendo que restou em aberto o acompanhamento do caso na seara criminal.

Em discussão, a Exma. Conselheira, Dra. **Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo**, sugeriu pelo conhecimento e pela homologação da parte cível, pelo não conhecimento da parte criminal, com a recomendação de retornar a Promotoria de origem para as providências cabíveis.

O Exmo. Corregedor-Geral, em exercício, Dr. **Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves**, acompanhou o voto da Exma. Conselheira Relatora, porém aduziu que não conhece nem a parte cível e nem a criminal, sugerindo devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem para diligências, que seja verificada, quanto à parte cível, a situação atual da criança, e no aspecto criminal, que sejam adotadas as providências cabíveis. A Exma. Conselheira Relatora acatou a sugestão do Exmo. Corregedor-Geral.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, retificado em sessão, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e da Súmula nº 002/2016-MP-CSMP, acatando a sugestão do Exmo. Corregedor-Geral, em exercício, Dr. **Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves**, não conhecendo nem a parte cível e nem a criminal, sugerindo devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem para diligências, que seja verificada, quanto à parte cível, a situação atual da criança, e no aspecto criminal sejam adotadas as providências cabíveis.

Neste momento, o Exmo. Corregedor-Geral, Dr. **Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves**, retirou-se da sessão, por motivo de compromisso institucional.

3.2.8. Processo nº 000012-012/2017

Requerente(s): L.M.C.L.

Requerido(s): Em Apuração

Origem: PJ de São João do Araguaia

Assunto: Apurar situação de negligência do Infante G, por parte de sua genitora.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, nos termos do art. 8º, inciso VII, do

Regimento Interno do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, Após algumas diligências, a Promotoria de Justiça verificou, por meio de informações da psicóloga e assistente social da Prefeitura de São João do Araguaia-PA, que o infante retornou ao convívio materno. Considerando que a Promotoria conseguiu resolver o objeto dos autos, não há mais interesse Ministerial em prosseguir no feito.

3.2.9. Processo nº 000293-110/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fundação Amazônica de Música

Origem: 1º PJ Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial

Assunto: Apurar irregularidades na prestação de contas da Fundação Amazônica de Música, referente aos exercícios financeiros de 2007 a 2011.

Processo retirado de pauta a pedido da Conselheira Relatora

3.2.10. Processo nº 000387-111/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em Apuração

Origem: 3º PJ do Consumidor

Assunto: Apurar funcionamento irregular de diversos estabelecimentos de ensino fundamental no Estado do Pará, que funcionam sem atos autorizativos do Conselho Estadual de Educação.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, uma vez que a atividade de muitos estabelecimentos de ensino que estavam até então funcionando de maneira ilegal foram regularizados. Além disso, ressalta-se que a fiscalização do Conselho Estadual de Educação em relação ao regular funcionamento, licenciamento e autorização de escolas é contínua, e, se porventura, essas mesmas escolas não vierem a obter autorização ou licenciamento do Poder Público a partir de então, nada impede que outro Procedimento seja instaurado para apurar e viabilizar a adequação ou o encerramento das atividades das mesmas.

Registrou-se a ausência do Exmo. Corregedor-Geral, em exercício, Dr. **Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves**, nos itens 3.2.9 e 3.2.10.

3.3. Processos de Relatoria da Conselheira Maria do Socorro MARTINS Carvalho Mendo:

3.3.1. Processo nº 000139-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Escola de Educação Superior do Oeste do Pará - ESPA e Faculdade Latino Americana de Educação - FLATED

Origem: PJ de Óbidos

Assunto: Investigar a regularidade de Instituições de ensino superior atuantes no Município de Óbidos/PA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela RATIFICAÇÃO do Declínio de Atribuição da presente Notícia de Fato, devendo os autos serem remetidos com a devida urgência ao Ministério Público Federal, de acordo com o art. 3º, da Resolução nº 005/2014 - MP/CSMP, eis que depreende-se dos autos que, após diligências, o órgão ministerial verificou que os fatos aqui constantes se sujeitam às atribuições do Ministério Público Federal, considerando que já há procedimento instaurado no âmbito federal, inclusive uma ACP nº 0001527-28.2015.4.01.3901 com o mesmo objeto, em trâmite na Justiça Federal - Subseção Judiciária de Santarém, sobre os mesmos fatos e entidades.

Registrada a ausência momentânea justificada da Exma. Conselheira, Dra. **Leila Maria Marques de Moraes**.

3.3.2. Processo nº 000185-940/2015

Requerente(s): E.P.S.

Requerido(s): D.P.C.

Origem: 13ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar situação de vulnerabilidade do idoso E.P.S.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil, nos termos do art. 23 da Resolução nº 010/2011-CPJ, art. 8º, VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, eis que, após visita domiciliar por técnico do setor social do órgão ministerial, tomou-se conhecimento do falecimento do idoso. DECIDIU RECOMENDAR ainda, no que tange ao aspecto criminal, e considerando o teor da denúncia anônima, que sejam tomadas as providências necessárias quanto à apuração dos crimes noticiados, uma vez que inexistente comprovação nos autos de encaminhamento ou providência tomada para apurar eventual apropriação ou desvio de bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, conforme dispõe o art. 102, do

Estatuto do Idoso.

3.3.3. Processo nº 000493-920/2015

Requerente(s): C.L.S., R.P.S.

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Marabá

Origem: 13ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar a qualidade de atendimento médico por parte da Secretaria de Saúde à pessoa idosa no que diz respeito ao fornecimento da medicação Donepezila 5mg.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório, nos termos do art. 23 da Resolução nº 010/2011-CPJ, art. 8º, VII, e art. 57, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, considerando que o órgão ministerial, visando assegurar proteção integral à saúde de pessoa idosa, empreendeu diversas diligências, vindo a tomar conhecimento de que a suspensão do medicamento teria ocorrido devido pendências na formalização do processo de aquisição do medicamento. Desta forma, a Promotora de Justiça passou a viabilizar tal regularização, obtendo a informação, por meio de contato telefônico com a filha do idoso, de que seu pai já estava recebendo regularmente o referido medicamento.

3.3.4. Processo nº 000203-340/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Neuziene Pinheiro da Silva

Origem: 11º PJ de Santarém

Assunto: Apurar e adotar medidas necessárias quanto à instalação ilegal de quiosque/lanchonete, denominado "Frutão Lanche".

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil nº 008/2016-MP/11ªPJ/STM, devolvendo-se os autos à Promotoria de Justiça de origem para efeito de arquivamento, considerando a análise fática e o cotejo da documentação acostada aos autos, por se tratar de questão judicializada.

3.3.5. Processo nº 001217-031/2015

Requerente(s): Divisão de Vigilância Sanitária de Santarém

Requerido(s): Simões & Duarte Ltda, Falcão Alimentos Ltda

Origem: 10º PJ de Santarém

Assunto: Apurar possível comercialização de frangos de granja, como galinha caipira, utilizando produtos químicos desconhecidos para a alteração dos mesmos.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório, nos termos do art. 23 da Resolução nº 010/2011-CPJ, art. 8º, VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE nº 057/2006, uma vez que, após várias fiscalizações e inspeções, a própria Divisão de Vigilância Sanitária informou que as duas empresas encontravam-se regulares, tendo a Falcão Alimentos Ltda., adotado um sistema de monitoramento e serviço de inspeção municipal sobre seus produtos, e que suas faltas foram apuradas pela SEMAB, e a empresa Simões e Duarte Ltda. havia retirado os produtos e implantou um controle de qualidade na compra dos produtos, através de consultoria.

Os itens 3.3.6 e 3.3.7 foram julgados em bloco

3.3.6. Processo nº 000075-001/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Altamira

Origem: 6ª PJ Agrária de Altamira

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na execução dos Termos de Cooperação Institucional, Técnico e Financeira datados de 10/05/2011 e 15/05/2012 realizados entre a Prefeitura Municipal de Altamira e Norte Energia S/A.

3.3.7. Processo nº 000015-012/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu / Erivando Oliveira Amaral

Origem: 6ª PJ Agrária de Altamira

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, em razão de possível malversação de recursos oriundos dos Termos de Cooperação nº DS-C-0010/2012 e DS-C-0071/2011, firmados com a Norte Energia S/A, nas ações de incentivo à atenção básica de saúde e assistência hospitalar no município de Vitória do Xingu.

A Exma. Conselheira Relatora manifestou-se pelo CONHECIMENTO e HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo Preliminar, nos termos do art. 23 da Resolução nº 010/2011-CPJ, art. 8º, VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE nº 057/2006, uma vez que da redistribuição dos presentes autos, a Promotora de Justiça indicada diligenciou no sentido de verificar junto ao Ministério Público Federal se do declínio de atribuição realizado